

*Resistência e diferença cultural:
a ficção portuguesa contemporânea, como exemplo*

Maria de Lourdes Netto Simões
Universidade Estadual de Santa Cruz - Ilhéus

.....
 *digo da pedra, "é uma pedra"
 Digo da planta, "é uma planta",
 Digo de mim, "sou eu".
 E não digo mais nada. Que mais há a dizer?
 Fernando Pessoa (Alberto Caeiro)*

O tema desta mesa é aditivo: Narrativas Portuguesas e resistência colonial. Para a minha intervenção, partirei da discussão do que considero ser resistência colonial para, depois, verificar tal comportamento na Ficção Portuguesa. Antes, porém, farei breve reflexão sobre a questão da identidade nacional.

É sabido que, nestes tempos, as possibilidades comunicacionais têm contribuído para a reinterpretação de culturas e a reconfiguração das identidades nacionais, através do seu imaginário. Em consequência, é notório o declínio das identidades nacionais, o que não resulta somente dos efeitos da globalização - responsável pela homogeneização cultural; também, a resistência a essa mesma globalização tem desencadeado posturas que fortalecem muito mais as identidades locais. Além disso, a fusão entre as culturas dá lugar a novas identidades.

Naturalmente que isto também inclui os países de expressão em Língua Portuguesa que, conforme sabemos, têm se modificado não somente por força da globalização, mas principalmente devido ao processo de descolonização e, evidentemente, à migração dos povos.

Ao estudar a identidade cultural na pós-modernidade, Stuart Hall chega mesmo a afirmar que “as nações modernas são, todas, híbridas culturais” (2000, p. 62), seja por *tradição*, seja por *tradução*. Afirma, assim, que não existem culturas puras, descontaminadas de influências: “em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais” (2000, p. 88).

No que diz respeito às nações de expressão em Língua Portuguesa - ressaltadas a referida hibridização cultural e uma postura de resistência à globalização - temos que a resistência se faz ainda em relação à cultura do ex-colonizador por força da descentralização das identidades. Tal reflexão sustenta-se no entendimento de nação, não mais como uma entidade política mas enquanto “entidade simbólica”, como um sistema de representação cultural. As culturas nacionais constroem identidades ao produzirem símbolos e sentidos com os quais nos identificamos e que estão contidos nas memórias contadas e nas imagens criadas sobre uma nação.

A esses aspectos das identidades pós-modernas, acrescento uma outra questão para a análise que pretendo desenvolver: Se a desterritorialização, ocasionada pela independência colonial, provocou a revisão do entendimento de nação e de identidade cultural nos descolonizados africanos, também a **provocou no cidadão português**, embora por outras perspectivas: inicialmente, em postura pós-descolonizadora, em relação ao revisionamento do território de Portugal e, conseqüentemente, da própria identidade nacional, enquanto “comunidade imaginada” (Anderson, 1983), em relação às memórias e perpetuação das heranças no desejo de manutenção do território; depois, em fragmentação identitária e deslocamento de focos, enquanto centro e margem, quando as diferentes identidades não mais se alinhavam com uma identidade *mestra* (leia-se ditatorial) na paisagem política portuguesa.

Se a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, temos que a *transição* de identidade, ocasionada pelas diferentes interpelações do momento histórico, fortalece o aspecto político da identidade dos povos de cultura expressada em Língua Portuguesa. Nessa direção de raciocínio, quero enfatizar que considero o trato do assunto - narrativas portuguesas - pela ótica de uma política da *diferença* e não da lusofonia, no seu sentido hegemônico. Isto é: uma recusa de ver-se como o Outro - conforme observa Kwame Appiah em relação às culturas da África (1997, 219). Um abandono da idéia de dependência e submissão - como refere Homi Bhabha quando discute a perspectiva pós-colonial (1998, 241).

Se, como entendem os culturalistas, a *diferença* - que pressupõe a descentralização do sujeito social - é a marca das sociedades da modernidade tardia (segunda metade do séc. XX), penso que, para os povos falantes da Língua Portuguesa, tal não é diverso, atravessadas que estão por divisões e antagonismos sociais.

A *diferença*, portanto, é o que vai singularizar as diversas nações de Língua Portuguesa. Suas culturas, suas narrativas. Nesse raciocínio, estou entendendo **cultura** no seu sentido largo, que não esbarra na visão clássica (herança de tradições e costumes), mas se alimenta também das vivências; melhor dizendo, que acrescenta vivências à herança. Por isso é que pensar cultura provoca pensar a identidade cultural, composta de múltiplas camadas e entendida como intersecção de múltiplas influências que se moldam por um senso de pertinência. Vale dizer, como observa Homi Bhabha (1998), que “a cultura como

estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória. Ela é transnacional porque os discursos pós-coloniais contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural [...], é tradutória porque essas histórias espaciais de deslocamento - agora acompanhadas pelas ambições territoriais das tecnologias *globais* de mídia - tornam a questão de como a cultura significa, ou o que é significado por *cultura*, um assunto bastante complexo” (p.241). A partir desse lugar híbrido do valor cultural (transnacional como tradutório) é que, aqui, discuto o literário.

Para dar curso a essas reflexões, quando a mesa nos propõe que falemos de “narrativas portuguesas”, entendo ser necessário pensar em nações de expressões culturais em Língua Portuguesa - seja portuguesa, brasileira, asiática ou africana. Tendo em conta a extensão e complexidade do tema, para essas considerações, vou concentrar-me somente em Portugal e na sua ficção contemporânea.

A pergunta que inicialmente se põe é: haverá uma forma de resistência colonial portuguesa?

É mais comum se falar da resistência dos povos ex-colonizados, que resulta na retomada das suas raízes naquilo que foi sufocado (embora, no entanto, não possa apagar algumas assimilações oriundas da convivência com a cultura branca). Tal resistência inclui os portugueses-africanos, como é o caso do branco-africano Mia Couto, por exemplo.

Como é assim evidente, a consciência crítica pós-colonial dos países de expressão em Língua Portuguesa não pode desconhecer o fenômeno do *hibridismo*, resultante do “encontro” das referidas culturas branca, indígena, asiática e negra, ao longo dos anos. Falo do processo de reciprocidade de influências. Mas se há a presença branca nas nações asiáticas, brasileira e africanas, há também a presença brasileira, asiática e africana na cultura portuguesa.

Nesse raciocínio é que aqui me ocupo de uma resistência portuguesa. Dos processos de hibridização antes mencionados, focalizo o da *tradição*, que “descreve aquelas formações de identidades que atravessam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado” (Hall, 2000, p. 88).

A resistência do português decorre, então, principalmente, das identidades dos retornados daqueles que, de alguma forma, vivenciaram o processo da guerra colonial, seja participando da guerra, seja sofrendo as suas conseqüências, seja opondo-se ideologicamente a uma condição política centralizadora. Quero com isto dizer que se me detenho na expressão portuguesa, considero, além da perspectiva da condição social dos retornados, a do foco daqueles que experienciaram formas do processo colonizador de um **lugar português**, entendendo com Said que “a cultura está na frente da política, da história militar e da economia” (1995, p. 255). Faço-o, considerando aqueles que imaginaram (Anderson, 1983) uma nova nação portuguesa. Portanto, estou aqui tomando *resistência* como sendo uma postura de cultura resultante das interinfluências entre esses povos (ex-colonizados e ex-colonizadores) não somente no sentido político, insisto, mas também no imaginado. A fusão entre as diferentes tradições culturais, assim, funcionaria em várias direções, já que as marcas da experiência histórica têm vários endereços (tanto para portugueses, como para brasileiros, asiáticos ou negros) e estão relacionadas ao processo de transnacionalização.

Assim, penso *resistência* num sentido largo, na ultrapassagem da dicotomia do oprimido / opressor, para a perspectiva das identidades deslocadas, da descentralização do sujeito, do foco do poder. Proponho a ultrapassagem do raciocínio de uma estrutura binária de oposição, na perspectiva de um tratamento de hibridização de reciprocidade tanto em relação ao ex-colonizado, como ao ex-colonizador, o que inclui a postura de *resistência* aqui defendida, até mesmo em relação à imagem de nação, aos mitos criados, à memória retomada.

Como disse, aqui somente falarei de resistência em relação à ficção portuguesa e, dela, do pós 25 de Abril no que diz respeito a África.

Se a descolonização provocou nas ex-colônias africanas um deslocamento de identidades, o retorno em massa a Portugal, ocasionado pela mesma descolonização, desencadeou no povo português também mudanças. As identidades deslocadas, por vários apelos, são dos retornados, dos ex-combatentes, dos ideólogos, das mulheres, dos mulatos – filhos (as) de portugueses (as) com africanos (as). Em razão disso é que, no palco social da nação portuguesa, surgem novas identidades. A idéia é de um olhar deslocado do centro para a margem e, nesse específico caso, do centro para o ex-cêntrico, dentro do local. Fortalece esse raciocínio o pensamento de Boaventura de Sousa Santos, ao refletir sobre a utopia e os conflitos paradigmáticos: “em vez da invenção de um lugar totalmente outro, [...] uma deslocação radical dentro de um mesmo lugar, o nosso. O objetivo dessa deslocação é tornar possível uma visão telescópica do centro e, no mesmo passo, uma visão microscópica do que ele exclui para poder ser centro” (1995, 325).

Com essas reflexões, ao justificar a compreensão de uma forma de resistência colonial expressa pela ficção portuguesa contemporânea, ocupo-me da geração que vivenciou o 25 de Abril e depois o ficcionalizou (Simões, 1998). Ou seja, aquela que, por um lado, resulta de escritores que retornaram de vivências em África e ficcionalizaram essas vivências; e a daqueles que reconhecem o respeito à *diferença* e focam a história por uma ótica dessacralizante. Formas de resistência. Resistência a um governo hegemônico, ditatorial; resistência ao mito do V império.

Quero entender que tal raciocínio conduz à segunda parte dessas minhas considerações, com a pergunta: **Quais os ecos de resistência a uma postura colonial percebidos na ficção portuguesa contemporânea?**

Ao escrever sobre a guerra colonial, sobre o processo desastroso da política de descolonização, sobre a condição da mulher, sobre a situação dos retornados, o lugar do sujeito assumido por esses ficcionistas portugueses é sinalizador de estratégias de resistência. Tendo em conta a consideração de identidade como processo dinâmico, tomo os mencionados grupos sociais da margem: retornados, mulheres, ex-combatentes da guerra colonial - identidades contraditórias (porque provenientes de diferentes apelos) da mesma nação portuguesa, todos de alguma forma relacionadas à mesma situação política.

As formas de resistência à postura colonizadora, assumida pela ficção portuguesa contemporânea, podem ser vistas, assim, por um lado, por focos temáticos em relação à questão identitária; por outro, passa questões de discurso - pela ironia, pela paródia, pela dessacralização dos mitos cultuados pelo centro. Senão, vejamos alguns exemplos.

No primeiro caso, dos focos temáticos, há que ser referido os horrores da guerra colonial: a jovem geração de portugueses que ia morrer numa guerra com a qual não concordava ou acreditava; dos povos africanos, desrespeitados e violentados na sua cultura e no direito às suas vidas. Tal constitui grande parte da escrita de João de Mello, de Lobo Antunes, de Almeida Faria, de Álvaro Guerra, dentre muitos outros. A transição de identidade é bem evidente e transparece, por exemplo, em *Os Cus de Judas*, de Lobo Antunes, quando o narrador-personagem constata ter estado “longe demais, tempo demais para tornar a pertencer aqui [...] flutuo entre os dois continentes que me repelem, nu de raízes, em busca de um espaço branco onde ancorar” (1979, 226).

Outro foco é o questionamento identitário face a um regime de opressão colonialista e ditatorial. Como ficcionaliza Teolinda Gersão, em *Paisagem com Mulher e mar ao Fundo*, onde o narrador observa “o pavor de perder a identidade, de não serem nunca mais eles mesmos, de se transformarem em objetos, manipulados, perdidos” (1985, p. 74). Ou, ainda, Almeida Faria na sua saga lusitana, quando os seus personagens, o português André, ou a angolana

Sônia apresentam suas perspectivas da descolonização traumática, admitindo que “a transição tem sido mais caótica, para não lhe chamar catastrófica” (1987, p. 57).

Ainda a questão dos retornados, quando, por exemplo, a personagem-narradora de *Retrato dum Amigo enquanto falo* aborda as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa pós-74 e observa a situação de “famílias inteiras que se deslocam [...] e se instalam sob as tendas ou dentro de roulotes” (Eduarda Dionísio, 1988, p. 32). Também os personagens de Lobo Antunes, em *Memória de Elefante* (1983) ou, depois, em *Esplendor de Portugal* (1997) referem-se àqueles que *transitam* de Angola para Lisboa, não mais pertencendo à primeira – “Angola acabou para mim, não somente a Baixa do Cassanje [...] Angola inteira” (1997, p. 211), mas, também, não estando integrados à segunda. Resultam das novas diásporas provocadas pelas migrações pós-coloniais, na condição de “homem traduzido”, aquele que fala duas linguagens culturais.

Da perspectiva das mulheres, de gerações e inserções sociais diferentes, a resistência se apresenta relacionada à visão ou reposição da história. É o caso, dentre outros, de Eva Lopo - personagem de *A Costa dos Murmúrios* (Lídia Jorge, 1988) - que repõe a história do acontecido em Moçambique, durante a guerra colonial: “o seu relato foi uma espécie de lamparina [...] que iluminou [...] um local que escurece semana a semana, dia-a-dia, à velocidade dos anos” (p. 41); ou Clara, de *Paisagem com Mulher e mar ao Fundo*, que considera que “a felicidade não é posse de coisas, mas posse de si próprio – a posse do seu espaço dentro do espaço dos outros - as pessoas sendo finalmente arquitetos de si próprios” (Teolinda Gersão, 1985, p. 80);

No segundo foco (a forma de resistência relacionada a questões do discurso), a escrita irônica, intertextual, que promove a dessacralização dos mitos, é exemplarmente realizada por Almeida Faria, com *O Conquistador* (1990), quando faz a paródia do mito de D. Sebastião, segundo o personagem Sebastião, “aquele Rei com quem me orgulhava de partilhar o nome e que nasceu quatro séculos antes de mim” (1994, p. 23); ou por Lobo Antunes, em *As Naus* (1988), quando intertextualiza *Os Lusíadas*, de Camões, ao fazer do regresso das caravelas, o regresso dos retornados das ex-colônias portuguesas, em postura dessacralizante.

Mais recentemente, a resistência persiste na insistência de alguns em não permitirem que a memória se apague ou que a história se faça em branqueamento, escamoteando as vozes de portugueses e africanos que resistiram, em tempos, ao poder ditatorial e colonizador. O exemplo disso - conforme referi em artigo publicado no *JL*, por ocasião dos 25 anos do 25 de Abril (Simões, 1999), é a publicação, pela editora portuguesa Caminho, da coleção *Caminhos de Abril* (1999), integrada por onze títulos, dez ficcionais e um álbum fotográfico, quando dos 25 anos do 25 de Abril. Oito portugueses integram a coleção: Alexandre Pinheiro Torres, Alice Vieira, Almeida Faria, Carlos Brito, Manuel Alegre, Maria Isabel Barreno, Mário de Carvalho e Urbano Tavares Rodrigues. Além desses, dois africanos (o caboverdiano Germano Almeida e o moçambicano Mía Couto) e um brasileiro (Sebastião Salgado). Todos eles, portugueses ou filhos das ex-colônias, vivenciaram o processo revolucionário.

Essa literatura, produzida nestes últimos anos, alia o interesse pela comunicabilidade ao objetivo da resistência. Exemplo disso é a linguagem de Alice Vieira, em *Vinte e cinco a sete vozes*, da referida *Coleção Caminhos de Abril*. Inserida no Portugal às portas do terceiro milênio, escreve aos mais jovens, utilizando uma linguagem que é contemporânea dos seus pretendidos leitores: expressões e gírias que aliciam a uma interação temporal. São sete vozes que respondem a uma entrevista de uma estudante de mestrado, sobre o 25 de Abril:

Bruto gravador, minha! Isso é para quê? Para um trabalho que queres fazer? Desculpa lá, mas tu não tens assim muita idade para andares na

escola. Para uma pesquisa? Uma tese? Usas palavras bué de finas. A minha setôra de Português ia gostar de te ouvir! Mas afinal a pesquisa é sobre o quê? O nosso conhecimento sobre o 25 de Abril? Ihhh! Cá meu, aviso-te já, é muita pequenino. Comigo não de safas. (Vieira, 1999: 9)

Através das entrevistas com pessoas de idades, profissões e condição social diversas, Alice Vieira vai esclarecendo coisas, apontando situação cultural de um tempo sem liberdade onde havia "pancadaria dia sim dia sim" (idem: 31).

O conto *Uma Carga de Cavalaria*, de Manuel Alegre é, ainda, exemplo disso. Aborda o peso de uma prisão, ocorrida em 1963, através da *leveza* de um relato pelo viés do humor. Embora o foco situe-se dez anos antes do 25 de Abril, esse texto escrito em 1999 tem a força do seu discurso na expressão do humor que é, a um só tempo, trágico e cômico: "devia vir de branco, de espada e a cavalo, porque Vossa Senhoria, meu Capitão, vem prender um poeta e um poeta só pode ser preso assim: por um oficial de cavalaria que não venha disfarçado de pide." (Alegre, 1999: 12). Evidencia a importância da mágica palavra do poeta: "fazemos do jipe um cavalo branco, tenho esse poder, o poder das metáforas, posso transformar um jipe num cavalo branco, infelizmente não posso fazer de si, assim vestido, um oficial de cavalaria" (idem, 17). Porém, mais que um texto de humor, o que a leitura ressalta é a importância da liberdade conquistada.

Temas revisitados são, também, forma de resistência. Assim, se tomarmos esses textos portugueses mais recentes sobre o 25 de Abril, poderemos fazer a ponte com outros já lidos; poderemos comparar discursos e abordagens, de certa forma iluminar textos mais recentes com os detalhes retidos na lembrança de outros outrora lidos. Os escritores que vivenciaram um tempo, escreveram antes e retomam o tema outra vez, esses, às vezes, reiteram o antes contado ou desfocam, transformam, ou mesmo contam algo antes não contado. Reinventam outras estratégias de resistência, inclusive não deixando apagar a memória dos tempos de opressão colonizadora.

A condição da mulher na sociedade é um dos temas revisitados. Quando, em 1968, numa sociedade patriarcal e machista, Maria Isabel Barreno escreveu *De Noite as Árvores são Negras*, dizia em longo monólogo sobre as convenções sociais onde a mulher era objeto de prazer sexual e pertence do homem; pensa, pela boca da sua personagem, que "a sociedade quer que tu fiques quietinha, que te cases, que tenhas meninos e não faças barulho" (Barreno, 1968:145). Retomando o tema em 1999, reporta-se à época, entretendo buscando dar *leveza* à linguagem, inclusive tendo atenção com a *rapidez* do texto, declarando o cuidado em não abusar de detalhes "que não serão aqui recordados, para não alongar indefinidamente este relato com muitas raízes no tempo" (Barreno, 1999: 10). O foco é do passado, mas a linguagem deixa claro que esse é um tempo revisitado: "Onde começa uma história, perguntava ela a si própria, onde estão as raízes todas do que aconteceu hoje?" (idem, 52).

Esses textos necessariamente não trazem todas as sinalizações para a sua compreensão; a estratégia de resistência está em provocarem indagações e necessitarem da história para construir uma resposta.

Essas reflexões levam-me a concluir que, hoje, a resistência persiste, por várias acepções, nas nações de expressão em Língua Portuguesa, o que naturalmente inclui Portugal. O tempo alargou o entendimento do que seja colonial. E, por isso mesmo, fez mudar as formas das narrativas e as formas de resistência. Deslocam-se identidades. O que é fato é que as feições das nações de expressão em Língua Portuguesa, cada vez mais, distanciam-se nos seus perfis: independentes, próprios, diferentes. Cada uma à sua maneira. **Diferente. E ninguém pode provar que é mais que só diferente.**

Notas

* Professora Titular no Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus – Bahia – Brasil.
E-mail: htsimoes@uol.com.br

Referências Bibliográficas

- APPIAH, Kwame. *O pós-colonial e o pós-moderno*. In: **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contaponto, 1997.
- ALMEIDA FARIA. **Cavaleiro Andante**. 3 ed. Lisboa: Caminho, 1987.
- _____. **O Conquistador**. 3.ed. Lisboa: Caminho, 1994.
- ALEGRE, Manuel. **Uma Carga de Cavalaria**. Lisboa: Caminho, 1999. Col. Caminho de Abril.
- ANTUNES, António Lobo. **Os Cus de Judas**. 9.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- _____. **As Naus**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- _____. **O Esplendor de Portugal**. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism**. Londres: New Left, 1983.
- BARRENO, Maria Isabel. (1968) **De noite as árvores são negras**, 2ed., Póvoa de Varzim, Europa-América, 1972.
- _____. **As Vésperas Esquecidas**. Lisboa: Caminho, 1999. Col. Caminho de Abril.
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Trad: Myriam Ávila, Eliana Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- DIONÍSIO, Eduarda. **Retrato dum Amigo enquanto falo**. 3.ed. Lisboa: Quimera, 1988.
- GERSÃO, Teolinda. **Paisagem com Mulher e Mar ao Fundo**. 3 ed. Lisboa: O Jornal, 1985.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad.: Tomaz da Silva e Guacira Louro. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- JORGE, Lídia. **A Costa dos Murmúrios**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. *Pelos Caminhos da Ficção Portuguesa*. In: **Caminhos da Ficção**. Salvador: EGBa. 1996. p. 15 –60.
- _____. *Para Não Dizer que não falei dos Cravos*. In: **As Razões do Imaginário**. Salvador; Ilhéus: Fcasa Jorge Amado; Editus, 1998. p. 203-241.
- _____. O 25 de Abril 25 anos Depois. In: *JL*. Lisboa, 25 ago. 1999. p. 37-39.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- VIEIRA, Alice. **Vinte Cinco a Sete Vezes**. Lisboa: Caminho, 1999. Col. Caminho de Abril.